

ANC 88
Pasta 10/85-1
109/1985

Ulysses declarou que o Brasil está mais interessado em olhar para o futuro que para o passado

12 OUT 1985

JORNAL DE BRASÍLIA

Ass. Const

Emenda terá relatório amanhã

A emenda Sarney que convoca a Constituinte terá seu relatório definido amanhã, em um encontro entre o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, e o relator da comissão mista que analisa a proposta, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), na casa de Ulysses, em São Paulo. O relatório servirá de base para o texto final, onde será convocada a Constituinte e se fará, entre outras coisas, uma revisão na anistia concedida em 1979 pelo ex-presidente João Figueiredo.

O texto final da emenda Sarney será fruto de intensas negociações entre as várias lideranças dos maiores partidos com representação no Congresso e trará, além da revisão da anistia, a ampliação dos prazos de desincompatibilização, a criação de uma comissão ordinária para legislar durante a elaboração da nova Constituição e a retirada de parte do entulho do autoritarismo — como salvaguardas e medidas de emergência.

O relator Flávio Bierrembach tem prazo até a próxima terça-feira para apresentar seu relatório final, a ser aprovado na comissão mista do Congresso no próximo dia 18. Os pontos que serão introduzidos foram negociados entre PMDB, PTB, PDS e PFL, que, juntos, têm 433 deputados e 67 senadores, contra 27 deputados e dois senadores do PDT e PT, os dois únicos partidos que não aceitam a proposta que irá à apreciação e votação em plenário nos dias 21, 22 e 23 próximos.

— Estou sensível aos interesses do partido, mas tenho posições pessoais há muito tempo e que podem influir no meu parecer — disse, Bierrembach durante o encontro de terça-feira dos líderes partidários para um acordo em torno da emenda Sarney. Depois, revelou que as questões que espera introduzir na emenda fora do acordo são um prazo único para desincompatibilização — que ele espera seja de 10 meses e meio — e a desvinculação das datas das eleições de Constituinte e

governadores, ficando a eleição da Constituinte para julho de 1986.

Dentro das lideranças do governo, entretanto, a expectativa é de que isso não acontecerá e, no encontro de amanhã, Ulysses Guimarães pretende deixar esta situação muito clara ao relator. O presidente da Câmara já negociou junto aos ministros militares uma forma alternativa para os militares cassados que querem a reintegração às suas forças: readmissão nos postos atualmente ocupados pelas suas turmas de origem, sem direito a atrasados e indo para a reserva de imediato. Ulysses deverá hoje conversar por telefone com o ministro da Administração, Aluizio Alves, sobre a alternativa de anistia aos funcionários públicos civis punidos pelo regime militar. O governo concorda em pagar os quinquênios correspondentes aos anos em que os funcionários estiveram afastados, desde que não tenham sido punidos por irregularidades administrativas.